



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10580.722331/2010-54
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2202-004.447 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de maio de 2018
Matéria CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS
Recorrente UNIBAHIA - UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Data do fato gerador: 10/03/2010

CFL 35. DEIXAR DE PRESTAR INFORMAÇÕES. INFRAÇÃO. MULTA

Constitui infração à legislação deixar a empresa de prestar à Secretaria da Receita Federal do Brasil todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de seu interesse, na forma por ela estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização, sujeitando o infrator a pena administrativa de multa.

AGRAVAMENTO DA MULTA. REINCIDÊNCIA GENÉRICA.

A reincidência genérica na infração impõe o agravamento da multa básica em duas vezes.

PEDIDO DE PERÍCIA. INDEFERIMENTO.

A perícia se reserva à elucidação de pontos duvidosos que requeiram conhecimentos especializados para o deslinde de questão controversa, não se justificando a sua realização quando o processo contiver os elementos necessários para a formação da livre convicção do julgador.

DO PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. INDEFERIMENTO.

A solicitação para produção de provas não encontra amparo legal, uma vez que, de modo diverso, o art. 16, inciso II do Decreto 70.235/72, com redação dada pelo art. 1º da Lei 8.748/93, determina que a impugnação deve mencionar as provas que o interessado possuir.

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. INCUMBÊNCIA DO INTERESSADO. IMPROCEDÊNCIA.

Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, não tendo ele se desincumbindo deste ônus. Simples alegações desacompanhadas dos meios

de prova que as justifiquem revelam-se insuficientes para comprovar os fatos alegados.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares e, no mérito, em negar provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

Ronnie Soares Anderson - Presidente

(assinado digitalmente)

Martin da Silva Gesto - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Rosy Adriane da Silva Dias, Martin da Silva Gesto, Waltir de Carvalho, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Fabia Marcilia Ferreira Campelo (suplente convocada), Dilson Jatahy Fonseca Neto, Virgilio Cansino Gil (suplente convocado) e Ronnie Soares Anderson. Ausente, justificadamente, o conselheiro Paulo Sergio Miranda Gabriel Filho.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto nos autos do processo nº 10580.722331/2010-54, em face do acórdão nº 06-43.932, julgado pela 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba (DRJ/CTA), em sessão realizada em 30 de setembro de 2013, no qual os membros daquele colegiado entenderam por julgar improcedente a impugnação apresentada pela contribuinte.

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da DRJ de origem que assim os relatou:

"Trata o presente processo de impugnação apresentada em face do Auto de Infração de fl. 2, DEBCAD nº 37.235.1433, cadastrado no COMPROT sob nº 10580.722331/2010-54 e lavrado em 10/03/10 contra a empresa UNIBAHIA UNIDADE BAIANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO LTDA., no valor de R\$ 28.215,54 (vinte e oito mil, duzentos e quinze reais e cinquenta e quatro centavos).

2. No Relatório Fiscal da Infração, fls. 57 e 58, traz a fiscalização o seguinte esclarecimento quanto à infração cometida:

A empresa foi intimada a apresentar relatório contendo os itens componentes do seu ativo imobilizado, mais especificamente:

- a. Relação de imóveis integrantes do Ativo Imobilizado, com respectivos valores, e cópia das escrituras;
- b. Relação de Máquinas e Equipamentos integrantes do Ativo Imobilizado com respectivos valores e números de patrimônio (tombamento);
- c. Relação de Móveis e Utensílios integrantes do Ativo Imobilizado com respectivos valores e números de patrimônio (tombamento);
- d. Relação de veículos integrantes do Ativo Imobilizado, com descrição. placa/chassis/RENAVAM.

Sobre esta solicitação da fiscalização a empresa, que não a atendeu, se pronunciou por escrito solicitando um prazo maior, de trinta dias, para atendimento.

A fiscalização optou por não dilatar o prazo inicial de cinco dias úteis concedido à empresa, pois os relatórios solicitados referem-se às informações contabilizadas.

Diante do exposto no item acima, constatou-se que a empresa infringiu o artigo 32, III da Lei 8.212, de 24/07/91, combinado com o artigo 225, III, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99.

3. Nos termos do Relatório Fiscal da Multa de fl. 59, por conta da infração acima descrita, foi aplicada a multa prevista nos artigos 92 e 102 da Lei nº 8.212, de 1991, combinados com os artigos 283, inciso II, alínea “b”, e 373, ambos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999. O presente relatório informa, ainda, que a autuada incorreu em reincidência genérica (conforme art. 290, inciso V, § único, e art. 292, inciso IV, ambos do Decreto nº 3.048, de 1999), haja vista já ter sido autuada em ação fiscal anterior. Por essa razão, a multa básica de R\$ 14.107,77 foi agravada em duas vezes, totalizando R\$ 28.215,54.

4. A fundamentação legal da infração está descrita no item DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA INFRAÇÃO E DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO, assim como a multa aplicada está fundamentada na forma do item DISPOSITIVO LEGAL DA MULTA APLICADA e graduada conforme o item DISPOSITIVOS LEGAIS DA GRADAÇÃO DA MULTA APLICADA, todos da folha de rosto do Auto de Infração, fl. 2.

5. Cientificado do lançamento em 10/03/10, conforme recibo de entrega de arquivos de fls. 64 a 66, o contribuinte ingressou com a impugnação de fls. 72 a 81, em 09/04/10, alegando, em síntese, que:

- a) “a empresa impugnante, como bem esclarece o fisco previdenciário, requereu por escrito um prazo não inferior a 30 (trinta) dias, conforme se verifica com o documento em anexo (doc. 02), para que viesse a atender de maneira correta todas as

solicitações feitas pelo fisco, tendo em vista que seria impossível apresentar todos os documentos no prazo de 05 (cinco) dias como requerido pelo fisco”;

b) “o fisco previdenciário negou a solicitação do prazo requerido pela impugnante sem qualquer fundamentação plausível, apenas negaram, como aduziram em seu auto de infração – ‘A fiscalização optou por não dilatar o prazo inicial de cinco dias úteis concedido a empresa’, verificando-se uma única situação, qual seja, a pura intenção da agente fiscal em prejudicar a empresa impugnante!”; (grifo no original)

c) “verifica-se que o fisco se equivocou mais uma vez, tendo em vista que é impossível uma instituição de ensino, como a impugnante, que se depara com um grande volume de papéis, documentos, fichas, etc..., apresentar um relatório tão complexo em tão pouco tempo”, o que fere os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;

d) “o valor da multa deveria ser R\$ 6.361,73 (seis mil trezentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos), de acordo com o transcrito no artigo 283, II, “b”, da Lei 8.212/91, tendo em vista que a infração se encontra tipificada no mesmo artigo, diferente do que estabelece o próprio artigo citado pela auditora fiscal art. 8º, V, da portaria MPS/MF nº. 350, de 30.12.2009. Desse modo, jamais poderia a Auditora Fiscal ter aplicado a multa atualizada com o referido artigo, uma vez que esta só será aplicada quando, infringido qualquer dispositivo do RPS, não haja penalidade expressamente cominada no art. 283”; (grifo no original)

e) “não há o que se falar em reincidência, como aduz a Agente Fiscal, vez que a impugnante jamais sofreu qualquer tipo de infração, e, além disto, a auditora deveria ter apresentado documentos que comprovassem a dita reincidência, o que não fez”;

f) “se mostra necessário é a realização de perícia para se averiguar, para que se faça a correta verificação dos itens componentes do ativo imobilizado, solicitado pelo fisco”.

6. Diante dessas considerações, requer o Impugnante seja julgado improcedente o presente Auto de Infração, bem como requer a juntada de todas as provas que se fizerem necessárias e a realização de perícia contábil.

7 O presente processo foi juntado, por apensação, ao processo nº 10580.722322/201063.

8. É o Relatório.”

A DRJ de origem entendeu pela improcedência da impugnação apresentada pela contribuinte. Inconformada com o resultado do julgamento, a contribuinte apresentou recurso voluntário, às fls. 108/112, onde reitera as alegações expostas em impugnação.

É o relatório

Voto

Conselheiro Martin da Silva Gesto - Relator

O recurso voluntário foi apresentado dentro do prazo legal, reunindo, ainda, os demais requisitos de admissibilidade. Portanto, dele conheço.

Preliminares. Pedido de produção de provas, diligências e perícia.

A perícia e as diligências requeridas são indeferidas, com fundamento no art. 18 do Decreto nº 70.235/1972, com as alterações da Lei nº 8.748/1993, por se tratarem de medidas absolutamente prescindíveis já que constam dos autos todos os elementos necessários ao julgamento. Além disso, não foram cumpridas as determinações do art. 16, inciso IV, o que resulta na desconsideração do pedido eventualmente feito, conforme art. 16, § 1º do Decreto 70.235/72. Portanto, improcedentes tais pedidos.

Por sua vez, a solicitação para produção de provas não encontra amparo legal, uma vez que, de modo diverso, o art. 16, inciso II do Decreto 70.235/72, com redação dada pelo art. 1º da Lei 8.748/93, determina que a impugnação deve mencionar as provas que o interessado possuir, de modo que o *onus probandi* seja suportado por aquele que alega. Portanto, improcedente tal pedido.

Ante o exposto, rejeito as preliminares suscitadas pela contribuinte.

Mérito.

Da infração.

Sustenta a contribuinte ter solicitado prorrogação do prazo para apresentar os documentos requeridos pela fiscalização, mas que não foi atendido. Alega, ainda, que a justificativa da não conceder a prorrogação não foi plausível, e que, em seu entendimento, demonstraria intenção da agente fiscal de prejudicar a empresa. Por fim, alega que a complexidade das informações solicitadas exigiriam prazo maior e que a não concessão desse prazo teria acarretado violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Pois bem, vejamos, primeiramente, quais são as informações solicitadas pela fiscalização, conforme Termo de Intimação Fiscal nº 5, fl. 54:

- a. Relação de imóveis integrantes do Ativo Imobilizado, com respectivos valores, e cópia das escrituras;*
- b. Relação de Máquinas e Equipamentos integrantes do Ativo Imobilizado com respectivos valores e números de patrimônio (tombamento);*
- c. Relação de Móveis e Utensílios integrantes do Ativo Imobilizado com respectivos valores e números de patrimônio (tombamento);*
- d. Relação de veículos integrantes do Ativo Imobilizado, com descrição placa/chassis/RENAVAM.*

Conforme se observa acima, as informações solicitadas pela fiscalização seriam facilmente extraídas do Balanço Patrimonial da empresa e que o prazo concedido de 5 (cinco) dias foi mais que suficiente, inclusive para apresentação de cópia de escrituras e descrição de bens.

Ao indeferir o pedido de prorrogação do prazo a fiscalização alegou que os “relatórios solicitados referem-se às informações contabilizadas”.

Não verifica-se irregularidade no indeferimento do pedido de prorrogação do prazo e nem qualquer ofensa aos citados princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Além do mais, passados tantos anos ainda não foi apresentado aos autos. Ainda, cumpre esclarecer que a responsabilidade pelo descumprimento de obrigação tributária, nos termos do art. 136 do CTN, é objetiva, ou seja, independe dos motivos que levaram ao descumprimento da obrigação, bastando que ocorra o inadimplemento para que a multa seja aplicada.

Cumpre ressaltar, outrossim, que o lançamento, devidamente motivado, é ato administrativo que goza do atributo de presunção relativa de legalidade e veracidade e, portanto, cabe à contribuinte o ônus de afastar, mediante prova robusta e inequívoca em contrário, essa presunção, o que não ocorreu no caso presente.

Assim, não sendo provado o fato constitutivo do direito alegado pela contribuinte, com fundamento no artigo 373 do CPC/2015 e artigo 36 da Lei nº 9.784/99, deve-se manter sem reparos o acórdão recorrido. No processo administrativo fiscal, tal qual no processo civil, o ônus de provar a veracidade do que afirma é do interessado, *in casu*, da contribuinte ora recorrente.

Portanto, carece de razão à recorrente, devendo ser mantido o lançamento.

Da multa aplicada.

Alega a contribuinte que a multa foi aplicada com base em dispositivo legal incorreto e que, se mantida, deverá ser retificada, uma vez que o cálculo matemático está incorreto, pois o valor correto, nos termos do artigo 283, II, "b", da Lei 8.212/91, é R\$ 6.361,73 e não o valor aplicado, e que “não há que se falar em reincidência”, pois “jamais sofreu qualquer tipo e infração”.

Aqui, mais uma vez, improcedem os argumentos da defesa. Vejamos o teor do art. 8º da Portaria MPS/MF nº 350, de 2009:

Art. 8º A partir de 1º de janeiro de 2010:

(...)

V - o valor da multa pela infração a qualquer dispositivo do RPS, para a qual não haja penalidade expressamente cominada (art. 283), varia, conforme a gravidade da infração, de R\$ 1.410,79 (um mil quatrocentos e dez reais e setenta e nove centavos) a R\$ 141.077,93 (cento e quarenta e um mil setenta e sete reais e noventa e três centavos);

Conforme se observa nos dispositivos colacionados acima e vigentes ao tempo dos fatos ora sob análise, constitui infração à legislação deixar a empresa de preparar

folha de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, o que inclui, obviamente, os contribuintes individuais, sujeitando o infrator à pena administrativa de multa de R\$ 1.410,79, em seu valor mínimo, ou agravada em três vezes em caso de reincidência específica ou em duas vezes em caso de reincidência genérica.

Portanto, correta a fundamentação da infração e da multa aplicada pela fiscalização, ao que concluímos pela improcedência dos argumentos da defesa.

Quanto à alegação da contribuinte de que jamais teria cometido qualquer tipo de infração e que, por tal razão, não haveria que se falar em reincidência, esclareceu a DRJ de origem que em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SISCOL e PLENUS/SICOB), constatamos que a empresa foi sim autuada em 17/08/05 (data da ciência do Auto e Infração), segundo DEBCAD nº 35.556.219-7, no montante de R\$ 11.017,50, tendo sido tal débito baixado por liquidação (pagamento) em 07/02/07.

Na ocasião a empresa foi autuada por deixar de apresentar à fiscalização os Livros Diário relativos aos exercícios de 1996 e 1997, conforme Termo de Intimação para Apresentação de Documentos – TIAD emitido em 04/02/05, infringindo, dessa forma, o disposto no art. 33, § 2º, da Lei nº 8.212, de 1991.

Por conta dessa infração foi aplicada a multa prevista no art. 283, inciso II, alínea “j”, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 1999.

Portanto, tem-se por afastada a alegação da contribuinte de que a empresa não teria sido autuada em ação fiscal anterior, restando, pois, correto o agravamento da multa e a sua aplicação duas vezes o valor base por reincidência genérica.

Conclusão.

Ante o exposto, voto por rejeitar as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

Martin da Silva Gesto - Relator